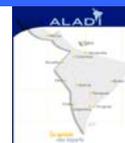




CARTA DE MONTEVIDÉU

MERCOSUL E ALADI:
Informativo da Delegação do Brasil em
Montevidéu



N.º 3, dezembro de 2007

CALENDÁRIO*

MERCOSUL

3-4/12 – L Reunião do Foro de Consulta e Concertação Política (FCCP), em Montevidéu.

3-7/12 – XII Reunião do Grupo *Ad Hoc* do Código Aduaneiro, em Montevidéu.

4/12 – XII Reunião do Grupo *Ad Hoc* de Especialistas do FOCEM, em Montevidéu.

5/12 – VI Fórum de Madeira e Móveis, em Montevidéu.

10-11/12 – LXX Reunião Ordinária do Grupo Mercado Comum (GMC), em Montevidéu.

10-12/12 – Reunião Especializada de Cooperativas (REC), em Montevidéu.

17/12 – Reunião Plenária do Foro Consultivo de Municípios, Estados Federados, Províncias e Departamentos do MERCOSUL (FCCR), em Montevidéu.

16-17/12 – XXXIV Reunião do Conselho do Mercado Comum, em Montevidéu.

18/12 – Sessão Extraordinária do Parlamento do MERCOSUL, em Montevidéu.

18/12 – Cúpula de Presidentes do MERCOSUL, em Montevidéu.

ALADI

4/12 – Oficina Regional sobre Comércio de Serviços, em Montevidéu.

Março de 2008 (1.ª quinzena) – XIV Reunião do Conselho de Ministros das Relações Exteriores, em Montevidéu.

* Datas sujeitas a alteração pelos Estados Partes

APRESENTAÇÃO

Este terceiro número da *Carta de Montevidéu* traz como tema principal as propostas em debate no contexto de preparação da XIV Reunião do Conselho de Ministros das Relações Exteriores da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), prevista para realizar-se em março vindouro.

Essas propostas, grande parte das quais apresentadas por iniciativa do Brasil, buscam avançar o tratamento de áreas relevantes para a construção de um Espaço de Livre Comércio regional, objetivo definido pelo próprio Conselho de Ministros em sua reunião anterior de 2004.

No que respeita ao MERCOSUL, a cidade de Montevidéu abrigará, em 18 de dezembro próximo, a Cúpula de Presidentes do bloco, ocasião na qual a superação das assimetrias entre os Estados Partes deverá ocupar grande parte da agenda.

Como se pode verificar, esta edição da *Carta* reflete a crescente importância dos temas políticos e sociais no processo de integração do MERCOSUL.

Regis Arslanian

Embaixador

Representante Permanente do Brasil
junto à ALADI e ao MERCOSUL

PERSPECTIVAS PARA O XIV CONSELHO DE MINISTROS DA ALADI

A XIV Reunião do Conselho de Ministros das Relações Exteriores da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI) deverá realizar-se na primeira quinzena de março de 2008, em data ainda a ser definida pelo Comitê de Representantes.

A pouco mais de três meses desse novo encontro ministerial, a ALADI atravessa momento importante de sua história. Estão em discussão várias iniciativas que, se lograrem êxito, poderão atribuir conteúdo mais concreto ao esforço de construção de um Espaço de Livre Comércio (ELC) na região. São as seguintes as propostas atualmente em debate, das quais as de números 1 a 5 foram apresentadas por iniciativa do Brasil:

1) Adoção de uma "meta mobilizadora" que definiria prazo específico para alcançar a liberalização substancial do comércio entre todos os países-membros da ALADI.

A proposta inicialmente apresentada contemplava meta de liberalização de pelo menos 90% do volume de comércio até o início de 2019. Transcorridos 27 anos desde sua criação, a ALADI é, hoje, a guardiã de significativo patrimônio histórico de liberalização do comércio regional, plasmado em ampla rede de acordos. Em 2006, a percentagem de itens tarifários liberalizados atingiu 53,7%, ou 72,8%, se ponderada pelo volume de comércio. Se prosseguir a aplicação dos cronogramas de desgravação vigentes, essa proporção alcançaria, em 2019, 73% em número de itens e mais de 80% em volume de comércio.

Na América do Sul, esses índices de liberalização do comércio já são consideravelmente mais elevados, de forma que a sub-região se encontra, inequivocamente, em uma trajetória de livre comércio. Até 2019, todas as relações bilaterais entre os países sul-americanos apresentarão níveis bastante altos (acima de 80%) de liberalização.

Não é esse o caso em relações importantes, como a do MERCOSUL com o México, na qual a liberalização comercial é ainda incipiente. A adoção, em todas as relações bilaterais intra-ALADI, de uma meta de liberalização substancial do comércio para 2019 daria sinal político de grande relevância, pois ajudaria a mobilizar os esforços necessários para fazer avançar o processo de liberalização nas relações comerciais em que ainda se revela baixo o nível de preferências praticado, muito particularmente entre o MERCOSUL e o México.

2) Abertura unilateral, com a brevidade possível, dos mercados para as exportações originárias dos países de menor desenvolvimento econômico relativo (Bolívia, Equador e Paraguai). Essa iniciativa poderá contribuir para ampliar oportunidades de intercâmbio com esse grupo de países, oferecendo-lhes melhores condições para dinamizar sua economia e conquistar espaço nos maiores mercados da região.

3) Aprofundamento e atualização do Acordo sobre a Preferência Tarifária Regional – PTR (Acordo de Alcance Regional n.º 4), com vistas a elevar o nível de preferências outorgadas e reduzir a lista de exceções sob esse acordo, que ainda desempenha papel bastante considerável em algumas relações bilaterais, como por exemplo entre Brasil e México.

4) Incorporação de "serviços" como tema essencial para a construção do ELC, por meio de esforço voltado para a definição de modalidades de negociação que propiciem avanços significativos na liberalização, expansão e diversificação do comércio de serviços na região.

5) Atualização e aperfeiçoamento do Regime Geral de Origem da ALADI, mediante a superação de problemas hoje existentes e a inclusão de conceitos como os de acumulação de origem e o de *de minimis*. Se tiverem êxito, as negociações a esse respeito poderão abrir

caminho para a harmonização dos inúmeros regimes de origem em vigor nas relações intra-regionais. Estudo recente do BID mostrou que a diversidade de normas de origem na América Latina constitui autêntico *spaghetti bowl*, fonte de dificuldades e problemas para os operadores de comércio exterior. Progresso na harmonização dessas normas representaria passo expressivo para a redução de tais dificuldades.

6) Elaboração de um Regime Geral de Solução de Controvérsias da ALADI. Trata-se de estabelecer procedimento que inclua a possibilidade de recurso a instância arbitral – cujas decisões seriam de aplicação obrigatória – que, no futuro, poderia vir a substituir os diversos regimes de solução de controvérsias vigentes no âmbito dos acordos de alcance parcial. O funcionamento do novo Regime de Solução de Controvérsias contribuiria para garantir a segurança jurídica indispensável para o avanço da integração.

7) Atualização e aperfeiçoamento do Regime Regional de Salvaguardas, de modo que seja ampliado seu âmbito de aplicação e mais bem disciplinada a utilização de medidas desse tipo na região. Ademais, está sendo debatida a adoção de um Mecanismo de Notificação de Medidas de Salvaguarda, que terá por objetivo assegurar maior transparência, buscando permitir a qualquer interessado obter informações sobre medidas de salvaguarda adotadas no âmbito da ALADI.

O objetivo de um Espaço de Livre Comércio foi consagrado em 2004, na XIII Reunião do Conselho de Ministros das Relações Exteriores. Naquela oportunidade, definiram-se objetivos genéricos e lista de temas que deveriam ser objeto de tratamento na ALADI no contexto da construção progressiva de um ELC. Previu-se, em particular, avanço na liberalização do comércio por meio da transformação dos acordos de preferências fixas em acordos de livre comércio e da adoção de programas de convergência, bem como adoção de normas comuns nas disciplinas necessárias para o funcionamento de um ELC, como regime de origem, salvaguardas e solução de controvérsias.

No momento atual, trata-se de conferir caráter operacional e concreto às decisões programáticas de 2004, fazendo com que o ELC represente não só um objetivo longínquo, mas uma realidade que se possa vislumbrar em período razoável de tempo. Persistem ainda dificuldades a vencer para que isso possa concretizar-se. O fato, no entanto, de que as propostas já se encontrem sobre a mesa e a discussão se tenha iniciado torna possível que a XIV Reunião do Conselho de Ministros, prevista para março de 2008, venha a marcar momento importante no processo de integração latino-americana.

MERCOSUL

Grupo de Alto Nível sobre Assimetrias

O Grupo de Alto Nível encarregado de elaborar Plano Estratégico para a Superação das Assimetrias no MERCOSUL realizou, em Montevideu, ao longo do segundo semestre,

três reuniões, a mais recente das quais em 26 de novembro.

As ações sugeridas pelo Grupo encontram-se estruturadas em quatro planos: desenvolvimento de infra-estrutura; apoio à competitividade; acesso a mercados e investimentos; e marco institucional e

cooperação financeira, incluindo Fundos de Apoio.

O Brasil apresentou propostas em três áreas específicas: infra-estrutura, qualidade da produção e saúde.

A proposta de Plano Estratégico para a Superação das Assimetrias foi preliminarmente debatida na Reunião Extraordinária do Conselho do Mercado Comum, em 25 de outubro, em Montevideu, e voltará à agenda na próxima sessão ordinária do Conselho, em 16 e 17 de dezembro.

VI Reunião Extraordinária do Conselho do Mercado Comum

A VI Reunião Extraordinária do Conselho do Mercado Comum – realizada em Montevideu, em 25 de outubro – discutiu as ações formuladas pelo Grupo de Alto Nível para a Superação das Assimetrias, bem como as restrições não-tarifárias e as políticas de incentivos, que, de acordo com o Uruguai, prejudicam a competitividade dos países menores do bloco.

O Ministro Celso Amorim sugeriu fosse examinada a possibilidade de o MERCOSUL instituir mecanismo de acompanhamento de políticas públicas, para facilitar a discussão de medidas que possam provocar impacto negativo sobre os sócios. Reconheceu, ademais, que se deveriam identificar e discutir soluções para as restrições não-tarifárias que pudessem dissimular medidas protecionistas.

Fundo para a Convergência Estrutural do MERCOSUL (FOCEM)

Projetos: a VI Reunião Extraordinária do Conselho do Mercado Comum aprovou o 16.º projeto do FOCEM, *Identificação das Necessidades de Convergência Estrutural no MERCOSUL*, orçado em US\$ 71 mil.

Apresentado no âmbito do Programa IV (Fortalecimento Institucional), esse projeto visa à realização de um levantamento das principais necessidades de convergência estrutural, com identificação dos pontos críticos para intervenção, a fim de melhorar as conexões de infra-estrutura entre os quatro Estados Partes. O projeto será realizado por consultoria.

A Comissão de Representantes Permanentes do MERCOSUL (CRPM) considerou elegível aos recursos do Fundo mais um projeto apresentado pelo Paraguai – *Desenvolvimento Tecnológico, Inovação e Avaliação de Conformidade* –, no âmbito do Programa II (Desenvolvimento da Competitividade). De acordo com o Regulamento do Fundo, o projeto deve ser analisado, em seus aspectos técnicos e financeiros, pela Unidade Técnica FOCEM na Secretaria do MERCOSUL (UTF/SM). Trata-se do 15.º projeto do Paraguai em fase de análise técnica.

Orçamento: o Brasil integralizou, em outubro, sua contribuição ao FOCEM relativa a 2007, no total de US\$ 52.500.000. Com esse pagamento, o Fundo dispõe hoje de cerca de US\$ 115 milhões depositados em conta. A partir de 2008, o orçamento anual do FOCEM será de US\$ 100 milhões, financiados em proporções diferenciadas por Estado Parte (Brasil, 70%; Argentina, 27%; Uruguai, 2%; e Paraguai, 1%).

Contratação de Pessoal: a equipe da Unidade Técnica FOCEM foi completada, em 26 de setembro, com a contratação, por concurso, de quatro Assistentes Técnicos, nacionais dos distintos Estados Partes. Os novos integrantes são Jessica Daniela Felez Galant (Argentina), Denise Yoshie Takahashi Obara (Brasil), Victor Joel Flores Duarte (Paraguai) e Elaine Godoy Moraiz (Uruguai).

Crítérios de Avaliação (Transporte): analistas de projetos na área de transporte reuniram-se, em Montevideu, em 22 de outubro, para discutir a harmonização de conceitos e critérios aplicáveis a projetos viários apresentados ao FOCEM. A definição de critérios comuns, que deverão ser aplicados pela UTF/SM e pelas distintas

Unidades Técnicas Nacionais FOCEM, é relevante para facilitar a avaliação dos projetos de infra-estrutura viária, definidos como prioritários nos primeiros quatro anos do Fundo.

Taxa de rentabilidade social: a CRPM decidiu flexibilizar uma das condições de elegibilidade para projetos apresentados em 2008, ao fixar a Taxa de Mínima Rentabilidade Social em 6,25%. Para o primeiro ano de funcionamento do Fundo, a taxa havia sido fixada em 7% (Art. 32.2 do Regulamento). Com a redução da taxa mínima, ampliou-se o universo de projetos elegíveis ao FOCEM.

Programa de Ação MERCOSUL Livres de Febre Aftosa

Iniciou-se, em outubro, a execução do Projeto-Piloto do Programa de Ação MERCOSUL Livres de Febre Aftosa (PAMA), financiado com recursos do FOCEM. O projeto, de US\$ 16 milhões, visa a apoiar os esforços de erradicação da febre aftosa nos países do MERCOSUL e na Bolívia.

A Argentina, primeiro país a cumprir as condições para o desembolso inicial de recursos do FOCEM, já recebeu montante de US\$ 191 mil para a primeira etapa de execução do Projeto-Piloto, referente a capacitação de funcionários e compra de equipamentos. Os demais países estão concluindo os procedimentos necessários para habilitarem-se a receber os desembolsos.

Elevação da Tarifa Externa Comum (TEC)

À margem da LXIX Reunião Ordinária do Grupo Mercado Comum (GMC), realizada em Montevideu, nos dias 26 e 27 de setembro, os Estados Partes do MERCOSUL concluíram os procedimentos formais para a aprovação da Decisão CMC N.º 37/07, que eleva as alíquotas da TEC para tecidos (de

18% para 26%), confecções (de 20% para 35%) e calçados (de 20% para 35%). A lista dos produtos alcançados pela medida consta dos Anexos à Decisão.

Em sintonia com a preocupação de atender às sensibilidades das economias menores do bloco e atenuar as assimetrias econômicas entre os Estados Partes, a Decisão estabelece que o Paraguai e o Uruguai poderão, até 2010, aplicar os níveis da TEC para tecidos e confecções que já vinham praticando anteriormente.

O Brasil já internalizou a medida por intermédio da Resolução CAMEX n.º 40, publicada no Diário Oficial da União de 28 de setembro.

Código Aduaneiro do MERCOSUL

Os quatro Estados Partes intensificaram, neste final de ano, esforços para a conclusão do Código Aduaneiro do MERCOSUL (CAM), previsto originalmente para dezembro de 2007. O Grupo Mercado Comum, em sua reunião de 27 de setembro, tratou dos pontos pendentes no projeto do CAM, que está sendo elaborado por Grupo de Trabalho criado pela Decisão CMC 25/06.

O Código Aduaneiro constitui elemento central para a eliminação da dupla cobrança da Tarifa Externa Comum (TEC) no interior do bloco.

Negociações Comerciais entre o MERCOSUL e a União Aduaneira Sul- Africana (SACU)

Realizou-se em Pretória, nos dias 8 e 9 de outubro, a XI Rodada de Negociações MERCOSUL-SACU, para a ampliação do acordo de preferências tarifárias assinado em Belo Horizonte, em dezembro de 2004.

As Partes continuam trabalhando no exame de ofertas adicionais com a expectativa de que a

ampliação do acordo possa ser concluída ainda neste ano. A SACU fez ofertas de preferências específicas para produtos de interesse do Paraguai e do Uruguai.

Negociações Comerciais entre o MERCOSUL e Israel

Foi realizada em Genebra, entre 27 e 29 de novembro, a VIII Rodada de Negociações MERCOSUL-Israel.

O texto final do Acordo encontra-se bastante adiantado, faltando apenas, para a conclusão das negociações, um entendimento sobre o ritmo dos cortes tarifários de alguns produtos.

Caso se chegue a esse entendimento, será assinado o primeiro acordo de livre comércio do MERCOSUL com uma economia extra-regional.

Diálogo sobre Comércio entre o MERCOSUL e a Coreia do Sul

Realizou-se em Montevideu, em 31 de outubro, a VI Reunião de Consultas MERCOSUL-Coreia do Sul. Foi apresentado estudo conjunto sobre os possíveis impactos de eventual acordo de comércio entre as duas Partes. Será efetuado processo de consultas internas, com o setor privado e o Governo, para avaliar a disposição de lançar negociação comercial.

Nova reunião do mecanismo de consultas está prevista para o segundo trimestre de 2008.

Integração Produtiva

A LXIX Reunião Ordinária do Grupo Mercado Comum (GMC) – realizada em 26 e 27 de setembro passado, em Montevideu – considerou a necessidade de que as diferentes iniciativas de integração produtiva fossem

articuladas em um grupo integrado por peritos governamentais e pela Presidência da Comissão de Representantes Permanentes do MERCOSUL (P-CRPM).

Para a consecução desse objetivo, foi realizada, em 13 de novembro, a primeira Reunião dos Peritos Governamentais sobre Iniciativas de Integração Produtiva.

São os seguintes os programas de integração produtiva em andamento:

- Desenvolvimento de Fornecedores (setor de Petróleo e Gás): visa a capacitar as empresas regionais a fornecer bens e serviços de padrão internacional à Petrobras;
- Adensamento da cadeia automotiva: objetiva o desenvolvimento de pequenas e médias empresas fabricantes de autopeças, sobretudo do Paraguai e do Uruguai;
- Desenvolvimento Regional de Circuitos Turísticos: pretende integrar roteiros turísticos na região, promovendo o desenvolvimento socioeconômico; e
- Intercâmbio de Experiências Empresariais: tem por meta promover o desenvolvimento de relações e o trabalho de forma integrada entre empresários da região.

Fundo de Apoio a Pequenas e Médias Empresas

A XXXIII Reunião do Conselho do Mercado Comum, que se realizou em junho passado, em Assunção, encomendou ao Grupo Mercado Comum a elaboração de alternativas para a constituição de um Fundo MERCOSUL de Apoio a Pequenas e Médias Empresas envolvidas em iniciativas de integração produtiva.

No dia 12 de novembro, foi realizada a primeira reunião do Grupo de Trabalho sobre o tema, com a discussão dos possíveis elementos para a estruturação do Fundo:

objetivos, tipos de concessão, capital, origem dos recursos, proporção do aporte, elegibilidade de empresas e projetos, estrutura institucional, sistema de decisões e agente financeiro.

VI Fórum de Madeira e Móveis

Em 5 de dezembro, em Montevideu, será realizado o *VI Fórum de Madeira e Móveis MERCOSUL*, com a participação de representantes do setor público e privado da Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e Venezuela. Entre os temas tratados estarão: (i) apresentação dos Projetos Nacionais finais de integração produtiva e desenvolvimento de provedores da cadeia Madeira e Móveis; (ii) premiação dos três projetos vencedores do Concurso MERCOSUL de *design* de móveis; (iii) agenda de trabalho conjunta para a consolidação dos projetos nacionais em projeto regional MERCOSUL; e (iv) intercâmbio sobre o funcionamento e a agenda futura do FÓRUM.

Biocombustíveis

O Grupo de Trabalho Especial sobre Biocombustíveis (GTBE) – criado pela Decisão CMC n.º 36, de 15 de dezembro de 2006 – tem por objetivo apresentar um programa de cooperação entre os países do MERCOSUL, com medidas para estimular a produção e o consumo de biocombustíveis; levantamento comparativo dos marcos regulatórios nacionais; integração de cadeias produtivas; cooperação técnica; pesquisa conjunta; intercâmbio de informações tecnológicas; e capacitação para a produção sustentável.

Em encontro realizado em 21 de novembro, foi elaborada proposta de *Plano de Ação*, que será elevada ao CMC, em dezembro próximo. A Presidência *Pro Tempore* Uruguia apresentou proposta de criação de Grupo de Trabalho que

se dedicaria à implementação do mencionado Plano.

Banco do Sul

Em reunião realizada no Rio de Janeiro, em 8 de outubro, os Ministros de Economia e Finanças do Brasil, Argentina, Bolívia, Equador, Paraguai, Uruguai e Venezuela concluíram as bases da proposta de Ata Fundacional do Banco do Sul.

Os Ministros coincidiram em que a nova instituição será um banco de desenvolvimento sul-americano, com objetivo de contribuir para a elevação da disponibilidade de liquidez, a revitalização dos investimentos, a correção das assimetrias, o desenvolvimento da infra-estrutura de integração, a promoção do emprego e a ativação de um ciclo virtuoso de crescimento econômico na região.

A sede do Banco estará localizada em Caracas, e duas sub-sedes serão instaladas em La Paz e Buenos Aires, respectivamente.

Em 12 de outubro, o Presidente da Colômbia, Álvaro Uribe, solicitou o ingresso de seu país no Banco do Sul. O Chile, na qualidade de observador, tem participado do processo de criação da instituição.

A assinatura pelos Presidentes da Ata Fundacional do Banco do Sul está agendada para o dia 9 de dezembro, em Buenos Aires.

Transações em Moedas Locais

Estão avançados os trabalhos técnicos entre os Bancos Centrais do Brasil e da Argentina para a criação de um sistema bilateral de pagamentos com o uso de moedas nacionais (reais e pesos). A iniciativa havia sido autorizada pelos Ministros do MERCOSUL na Reunião do Conselho do Mercado Comum de 28 de junho, em Assunção (Decisão n.º 25/07), e está em processo de protocolização na ALADI.

A expectativa é de que os primeiros testes com o novo sistema sejam efetuados em março de 2008.

O mecanismo permitirá a redução dos custos administrativos e cambiais nas operações de comércio entre as duas economias, além de estimular a participação das pequenas e médias empresas no intercâmbio bilateral.

Parlamento do MERCOSUL

Realizou-se em Montevideu, em 3 e 4 de setembro, a V Sessão Ordinária do Parlamento do MERCOSUL. Das dez Comissões de trabalho estabelecidas, o Brasil ficou com a Presidência de três, a saber: i) Assuntos Econômicos, Comerciais, Tributários e Monetários (Deputado Cezar Schirmer, PMDB-RS); ii) Educação, Cultura, Ciência, Tecnologia e Esportes (Senadora Marisa Serrano, PSDB-MS); e iii) Desenvolvimento Regional Sustentável, Ordenamento Territorial, Moradia, Saúde, Meio Ambiente e Turismo (Deputado José Paulo Tóffano, PV-SP).

A VI Reunião Ordinária do Parlamento foi celebrada em 8 de outubro, ocasião na qual algumas Comissões se reuniram pela primeira vez.

Na VII Reunião Ordinária, em 19 de novembro, foi apresentado o convênio *Apoio à Instalação do Parlamento do MERCOSUL*, assinado com a União Européia, no valor total de €1.080.000.

Informações adicionais sobre a composição, as sessões e os debates parlamentares podem ser obtidas no endereço www.parlamentodelmercosur.org.

Tribunal Permanente de Revisão do MERCOSUL

O Conselho do Mercado Comum (CMC), em sua reunião extraordinária de 25 de outubro,

em Montevideu, designou o Dr. Santiago Deluca, da Argentina, para o cargo de Secretário, por período de dois anos, do Tribunal Permanente de Revisão (TPR) do MERCOSUL. Também foi nomeado, como membro titular do TPR, o Dr. Carlos Alberto González Garabelli, do Paraguai, em substituição ao Dr. Wilfredo Fernández de Prix, que renunciara ao mandato.

Observatório da Democracia

O Comitê de Direção do Observatório da Democracia (ODM) realizou quatro reuniões em 2007 e elevou, para a aprovação do Conselho do Mercado Comum, em dezembro, o projeto de Regulamento do Observatório.

O Regulamento apresenta definições sobre os integrantes do Observatório, forma de funcionamento, tomada de decisões, divulgação de estudos e relatórios, realização de missões de observação eleitoral, cooperação com o Parlamento do MERCOSUL e com organizações governamentais e não-governamentais.

Destaca-se a proposta de criação, como parte integrante do ODM, de um Foro de Consultas, a ser composto por personalidades representativas dos âmbitos acadêmico, político, social e jurídico dos Estados Partes.

O Comitê definiu programa de trabalho para 2008. Está prevista a realização, no primeiro semestre, na Argentina, de um Seminário sobre avanços democráticos no MERCOSUL. No segundo semestre, durante a Presidência *Pro Tempore* brasileira, deverá ter lugar a sessão inaugural do Foro de Consultas do ODM.

Adesão da Venezuela

Com 44 votos favoráveis e 17 contrários, a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados do Brasil aprovou, em

21 de novembro, o texto do Protocolo de Adesão da Venezuela ao MERCOSUL.

A matéria já havia sido aprovada, com quinze votos a favor e uma abstenção, pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara, em 24 de outubro.

Será ainda votada no Plenário da Câmara dos Deputados, para que possa ser encaminhada ao Senado Federal.

O Protocolo foi assinado em julho de 2006, em Caracas, pelos Presidentes do Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai e Venezuela.

Os Parlamentos da Argentina, Uruguai e Venezuela já aprovaram o Protocolo.

Reunião de Ministros da Justiça

A XXVIII Reunião de Ministros da Justiça do MERCOSUL realizou-se em Punta del Este, nos dias 13 e 14 de novembro, com a participação do Ministro Tarso Genro.

Em matéria de cooperação judicial, foi apresentada proposta brasileira para a negociação de um mandado MERCOSUL de captura, que poderá substituir o sistema da extradição no bloco.

Reunião de Ministros da Cultura

Foi realizada em Montevideu, no dia 8 de novembro, a XXV Reunião de Ministros e Altas Autoridades de Cultura do MERCOSUL (RMC).

Aprovou-se projeto brasileiro, que tem apoio financeiro da UNESCO, para a construção de um portal eletrônico do MERCOSUL Cultural.

Foi decidido, ademais, igualmente buscar soluções concretas para a plena utilização do "Selo MERCOSUL Cultural", instrumento de facilitação do tratamento aduaneiro de bens integrantes de projetos culturais do bloco. Para tanto, foi convocado encontro para

março de 2008, na cidade de Puerto Iguazú, Argentina, com a participação de representantes do setor cultural, de aduanas, de controle fronteiriço e áreas correlacionadas.

Reunião de Ministros de Desenvolvimento Social

No dia 23 de novembro, em Montevideu, foi realizada a XIII Reunião de Ministros e Autoridades de Desenvolvimento Social do MERCOSUL e Estados Associados.

Na ocasião, foi aprovado o plano operativo bianual (2007–2009) dos ministros da área social do bloco e se avançou na conformação de um sistema estatístico de indicadores sociais para a região. Os ministros também discutiram o Plano Estratégico de Desenvolvimento Social, proposto pelo Brasil, que traça linhas gerais para a consecução dos objetivos de desenvolvimento, incluindo não só a área social e o combate à fome, mas também diretrizes no âmbito da educação, saúde, trabalho e desenvolvimento agrícola.

Reunião de Direitos Humanos

Realizou-se em Montevideu, de 27 a 30 de novembro, a X Reunião de Altas Autoridades na Área de Direitos Humanos do MERCOSUL e Estados Associados (RAADDHH). A Delegação brasileira foi chefiada pelo Secretário Especial dos Direitos Humanos, Ministro Paulo de Tarso Vannuchi.

Com vistas a marcar o 60.º aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos, a RAADDHH decidiu apoiar proposta brasileira, apresentada no Conselho de Direitos Humanos da ONU, de estabelecer sistema de metas em direitos humanos, inspiradas nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.

Os representantes decidiram elevar às Cúpulas do MERCOSUL a inclusão de parágrafos sobre direitos humanos em seus comunicados políticos.

Reunião Especializada sobre Mulheres

Realizaram-se, em Montevideu, em 31 de outubro e 1.º de novembro, a XVIII Reunião Especializada sobre Mulheres do MERCOSUL (REM) e o encontro de parlamentares mulheres do MERCOSUL.

Foram acordadas medidas de combate à discriminação de gênero e a incorporação – nas agendas dos países e do bloco – de legislação e de ações afirmativas para aumentar a participação das mulheres na política nacional e regional.

Ao apresentar o informe nacional do Brasil, a Secretária Especial de Políticas para as Mulheres, Ministra Nilcéa Freire, enfatizou a importância de encontrar mecanismos de financiamento para projetos de cooperação conjuntos do MERCOSUL nos temas relativos às mulheres, a exemplo da instituição de "centros de acolhimento" de mulheres vítimas de violência nas regiões de fronteira.

Programa Itália

Foram apresentados, entre 24 de setembro e 5 de outubro e entre 8 e 19 de outubro, na sede

do MERCOSUL, os trabalhos finais do *Programa Itália de cooperação para alta formação de quadros dirigentes dos países do MERCOSUL*. Coube à Presidência da Comissão de Representantes Permanentes do MERCOSUL (P-CRPM), em coordenação com o Comitê de Cooperação Técnica (CCT), o acompanhamento da execução do Programa, organizado em colaboração com o governo italiano.

O *Programa Itália* capacitou 64 especialistas dos quadros públicos da Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, divididos em 16 grupos (quatro grupos por área) de quatro participantes, que entregaram trabalhos finais sob a forma de projetos financiáveis de cooperação, nas áreas de energia e meio ambiente, ciência e tecnologia, desenvolvimento de transportes regionais integrados e integração no setor agroalimentar.

Câmara da Indústria, Comércio e Turismo do MERCOSUL

Foi criada, em Porto Alegre, em 3 de dezembro, a Câmara da Indústria, Comércio e Turismo do MERCOSUL, formada por representantes do setor privado envolvidos no processo de integração no bloco. A Câmara será presidida pelo advogado Marcino Fernandes Rodrigues Junior.

ALADI

Escolha do Secretário-Geral

A XIV Reunião do Conselho de Ministros da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), que se realizará na primeira quinzena de março de 2008, deverá escolher o novo Secretário-Geral da ALADI, em substituição ao ex-Chanceler uruguaio Didier Opperti.

Já foram lançadas duas candidaturas: a do paraguaio Hugo Saguier, atualmente Representante da Organização dos Estados Americanos (OEA) no Equador, e a da colombiana Claudia Uribe, Representante Permanente da Colômbia junto à Organização Mundial do Comércio (OMC).

O Brasil formalizou seu apoio à candidatura paraguaia.

Preferências Tarifárias ao Equador

O Brasil decidiu outorgar ao Equador preferência tarifária de 100% para 4.631 produtos. A medida está em processo de formalização no âmbito do Acordo de Complementação Econômica n.º 59 (entre os países do MERCOSUL, Colômbia, Equador e Venezuela) da ALADI.

A concessão ao Equador integra a política brasileira de procurar reduzir as assimetrias existentes na região por meio do aumento de importações provenientes dos países sul-

americanos de menor desenvolvimento relativo.

Em 2006, o Brasil exportou, em mercadorias, US\$ 878 milhões ao Equador e importou apenas US\$ 30 milhões. Nos primeiros dez meses de 2007, o saldo também foi amplamente favorável ao Brasil: US\$ 503 milhões de exportações em contraste com US\$ 26 milhões de importações.

Certificação de Origem Digital

Está aberto, até 17 de dezembro, período de recebimento de propostas iniciais de pessoas físicas e jurídicas interessadas em participar de processo licitatório para a instalação do Sistema de Certificação de Origem Digital da ALADI.

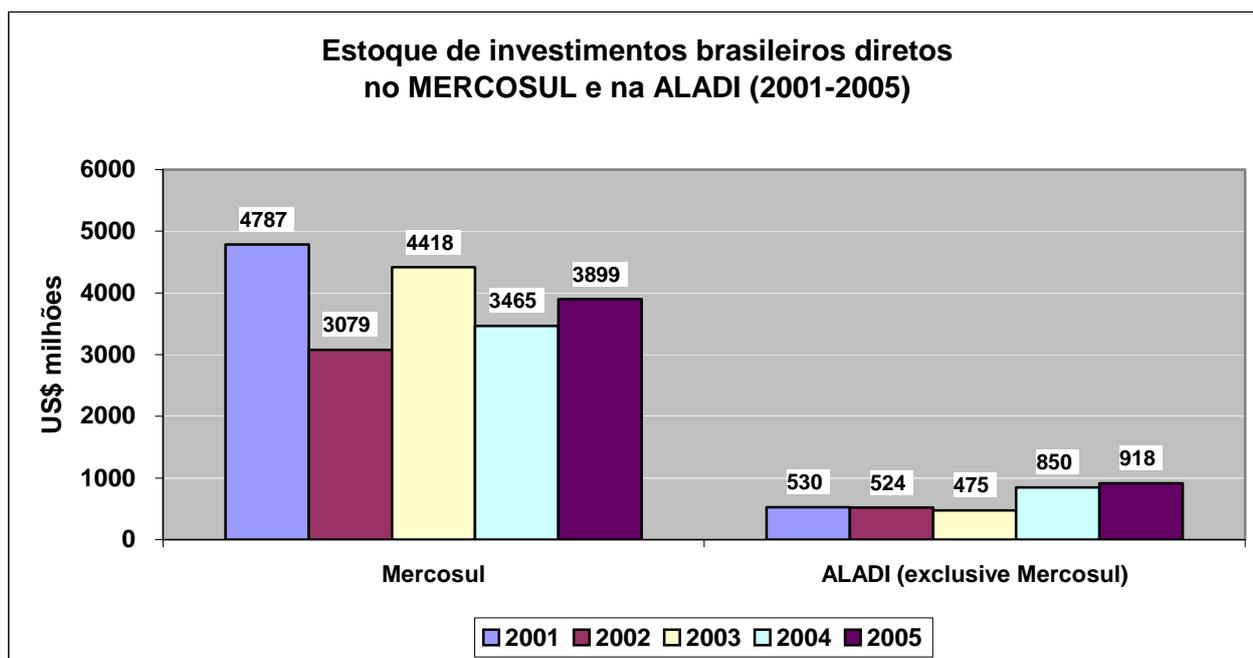
O sistema visa a implementar procedimento eletrônico de certificação de origem, como alternativa ao atual sistema de certificação em papel. O novo sistema deverá encurtar prazos e reduzir custos de operações de comércio exterior.

As propostas de empresas ou pessoas físicas devem ser encaminhadas à Comissão de Avaliação do processo licitatório. Maiores informações podem ser obtidas no endereço www.aladi.org.

INVESTIMENTOS BRASILEIROS DIRETOS NA REGIÃO: MERCOSUL E AMÉRICA LATINA

Nos últimos anos, o Brasil tornou-se, entre os países em desenvolvimento, um dos mais relevantes exportadores de capital. De acordo com dados do Banco Central do Brasil, a saída de investimentos diretos somou, em 2006, US\$ 24 bilhões, 75% dos quais relativos só à operação de compra da empresa canadense Inco pela Companhia Vale do Rio Doce. Entre janeiro e setembro de 2007, esse fluxo atingiu montante bastante inferior, porém significativo, de US\$ 7,7 bilhões.

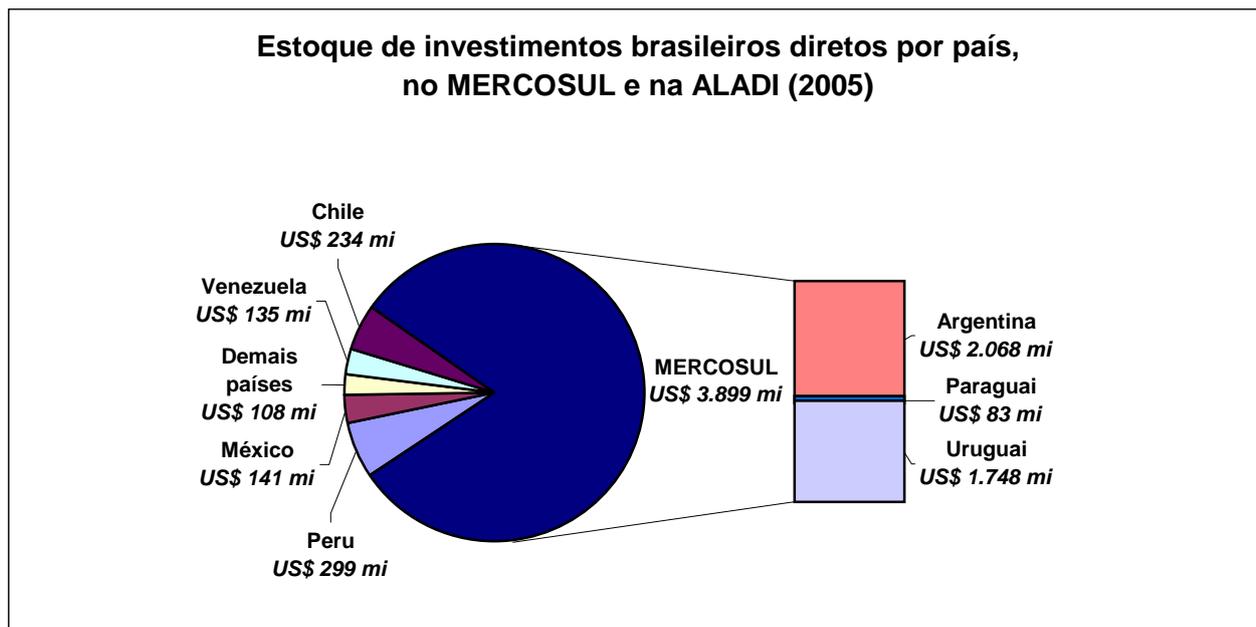
Quanto ao estoque de investimentos, dados do Banco revelam crescente presença de empresas brasileiras em outros países do Continente. No MERCOSUL, esse patamar era, pelo menos até 2005 – ano mais recente para o qual dados se encontram disponíveis –, bem superior aos registrado nos demais países da ALADI (Bolívia, Colômbia, Chile, Cuba, Equador, México, Peru e Venezuela). Ainda assim, nos países da ALADI, foi verificado incremento geral no volume de investimentos brasileiros no período 2001-2005. Convém salientar que esses números não permitem captar os destinos finais dos investimentos quando efetuados por intermédio de filiais de empresas brasileiras localizadas num terceiro país.



Obs.: foram excluídos os investimentos diretos inferiores a 10% do capital da empresa.

Fonte: elaboração própria com base em dados do Banco Central do Brasil.

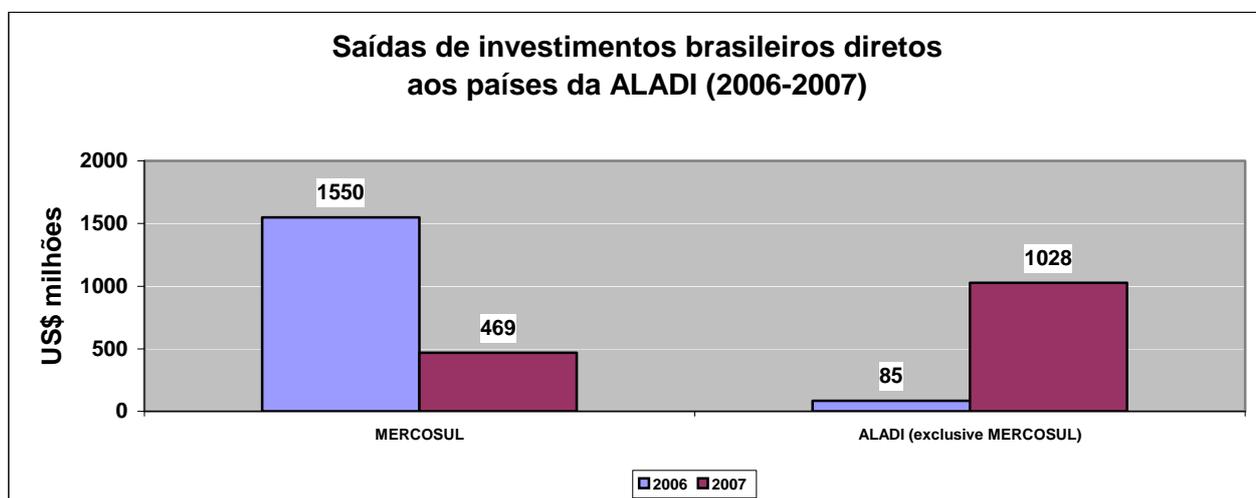
Os dados desagregados por país mostram que a Argentina e o Uruguai, em 2005, possuíam os maiores estoques de investimentos brasileiros na região, com montantes de, respectivamente, US\$ 2,07 bilhões e US\$ 1,75 bilhão. Tendo em vista que a economia uruguaia é cerca de dez vezes menor que a argentina, chama a atenção a significativa presença de capital brasileiro no Uruguai. Em seguida, encontravam-se Peru (US\$ 299 milhões), Chile (US\$ 234 milhões) e México (US\$ 141 milhões).



Obs.: foram excluídos os investimentos diretos inferiores a 10% do capital da empresa.

Fonte: elaboração própria com base em dados do Banco Central do Brasil.

Já em 2006 e 2007, parece haver uma mudança no padrão verificado no período 2001-2005. Embora os fluxos para os países do MERCOSUL continuem, em média, naqueles dois anos, superiores aos dirigidos às demais economias da ALADI, nos primeiros nove meses de 2007, os investimentos brasileiros no MERCOSUL foram inferiores aos realizados nos outros países da ALADI.



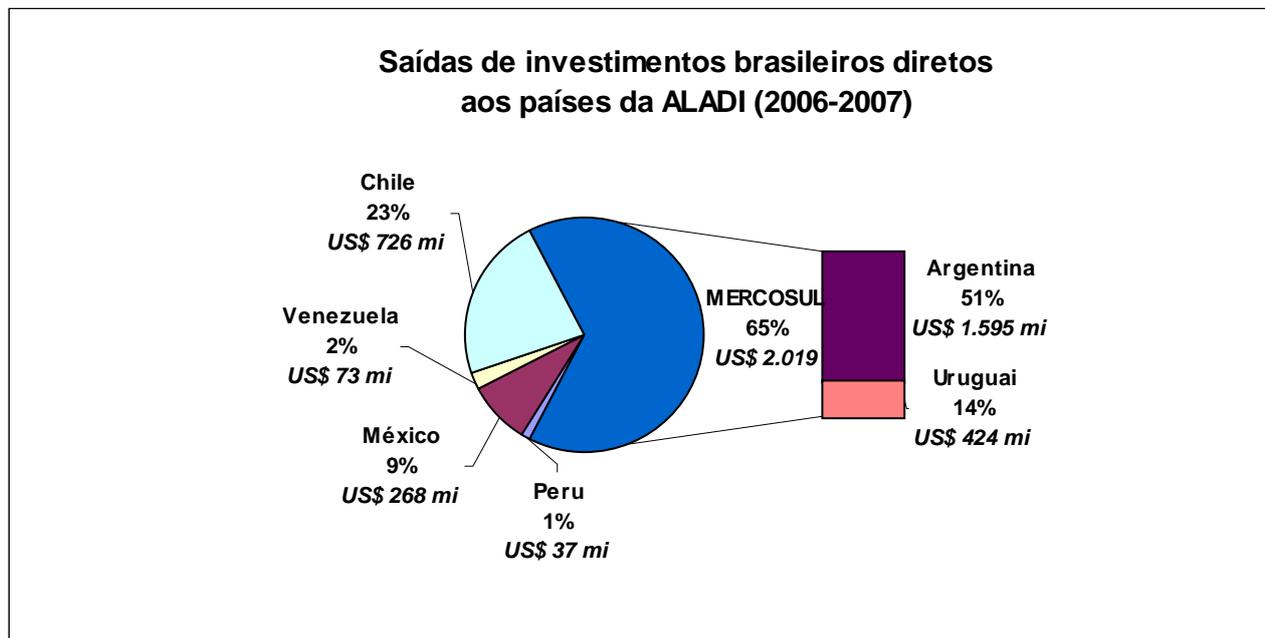
Obs.: (1) os dados de 2007 referem-se somente ao período janeiro-setembro.

(2) foram excluídos os investimentos em bens e imóveis.

Fonte: elaboração própria com base em dados do Banco Central do Brasil.

Adicionando-se a saída de investimentos brasileiros para a região em 2006 aos fluxos dos primeiros nove meses de 2007, é possível verificar que, durante esse período, a Argentina recebe metade dos investimentos brasileiros diretos realizados na ALADI. As inversões de empresas brasileiras na economia argentina passam a ser, nesse período, três vezes superiores às efetuadas no Uruguai; em 2005, como visto, o estoque de investimentos brasileiros no Uruguai era equivalente

ao estoque na Argentina. O Chile, por sua vez, aparece como importante receptor de capitais brasileiros (US\$ 726 milhões).



Obs.: (1) os dados correspondem à soma das saídas do ano de 2006 e de janeiro a setembro de 2007.
(2) foram excluídos os investimentos em bens e imóveis.

Fonte: elaboração própria com base em dados do Banco Central do Brasil.

**MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
DELEGAÇÃO PERMANENTE DO BRASIL JUNTO À ALADI E AO MERCOSUL**

Regis Arslanian (Embaixador)
José Humberto de Brito Cruz
Fábio Vaz Pitaluga
Lilium Beatris Chagas de Moura
Ivana Marília Gurgel
Clélio Nivaldo Crippa Filho
Luís Guilherme Parga Cintra
Regiane Gonçalves de Melo
José Gilberto Scandiucci Filho (edição)
Eduardo Pereira e Ferreira

Calle Andes 1365, Piso 6 – Edificio Torre Independencia – Plaza Independencia – 11.100 Montevideo, Uruguay
tel (00598)(2) 902-0777/0510 e 901-0399 – fax (00598)(2) 902-1312 – correio eletrônico: brasaladi@brasaladi.org.uy

Observação

O conteúdo da *Carta de Montevideu* é de responsabilidade da Delegação do Brasil. As informações aqui apresentadas buscam oferecer um quadro abrangente de temas da atualidade do processo de integração, mas não pretendem ser exaustivas. As referências a normas legais aprovadas no âmbito do MERCOSUL e da ALADI são feitas com intuito meramente informativo e, portanto, não se substituem aos textos autênticos dessas normas, tais como oficialmente publicados.